

“O 25 DE ABRIL TEM DE CHEGAR AO CAMPO”: O ENQUADRAMENTO POLÍTICO DAS CLASSES RURAIS ATRAVÉS DA IMPRENSA NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1974–1975

Leonardo Aboim Pires

ISEG Research, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Sem compreender os fundamentos políticos e a viragem cultural que se operou na Revolução dos Cravos, não seria possível analisar as respostas dadas pelo novo poder no domínio da comunicação social, um dos vetores estruturantes da realidade revolucionária. O exercício da democracia encontra-se conectado com a prática da liberdade de expressão, capacidade fomentadora do debate público, que, consequentemente, se torna numa das bases para o funcionamento da política. Tendo presente este enquadramento, o artigo analisa esta realidade, explorando a convergência entre a imprensa periódica de natureza política e os modos como esta foi concebida, mobilizada e instrumentalizada enquanto ferramenta de orientação e enquadramento de um estrato social específico: as classes rurais. Ao privilegiar o estudo dos jornais, revistas e boletins dos partidos políticos então existentes, bem como de algumas publicações produzidas ou patrocinadas pelo Estado, propomos compreender as formas específicas de comunicação política que a imprensa tornou possíveis entre 1974 e 1975, tanto no plano discursivo como no plano visual. Esta abordagem permite problematizar a imprensa como veículo de informação e como dispositivo de construção de sentidos, de mobilização e de disputa num período de profunda reconfiguração política e social. Metodologicamente, são combinadas técnicas de crítica textual, estudo das linguagens visuais e procedimentos de análise do discurso, articulando-as com uma contextualização histórica do processo revolucionário. Esta triangulação analítica possibilita identificar padrões de representação, estratégias de interpelar públicos específicos, em particular o público rural, e modos de legitimação das posições políticas em confronto. Este artigo permite, assim, aprofundar a compreensão sobre o papel da imprensa na formação de públicos políticos, na circulação de narrativas concorrentes e na cristalização de categorias sociais durante a revolução.

PALAVRAS-CHAVE

Revolução dos Cravos, imprensa periódica, comunicação política, classes rurais

“THE SPIRIT OF APRIL 25 MUST REACH THE COUNTRYSIDE”: THE POLITICAL FRAMING OF RURAL CLASSES THROUGH THE PRESS DURING THE 1974–1975 PORTUGUESE REVOLUTION

ABSTRACT

Without understanding the political foundations and the cultural shift that occurred during the Carnation Revolution, it would be impossible to analyse the responses of the new authorities in the press, one of the structuring vectors of the revolutionary reality. The practice of democracy is intrinsically linked to freedom of expression, a capacity that fosters public debate and consequently becomes one of the foundations of political life. Within this framework, the article examines this reality by exploring the convergence between political periodicals and their conception, mobilisation, and instrumentalisation as a tool for orienting and framing a specific social stratum: the rural

classes. By focusing on newspapers, magazines, and party bulletins then in existence, as well as on particular publications produced or sponsored by the State, the study seeks to understand the distinct forms of political communication that the press enabled between 1974 and 1975, at both the discursive and visual levels. This approach allows us to problematise the press as a vehicle of information and as a device for constructing meaning, mobilising audiences, and generating contestation during a period of profound political and social reconfiguration. Methodologically, are combined techniques of textual criticism, the study of visual languages, and discourse analysis procedures, articulating them with a historical contextualisation of the revolutionary process. This analytical triangulation enables the identification of patterns of representation, strategies for addressing specific audiences — particularly rural audiences — and modes of legitimising conflicting political positions. In this way, the article deepens our understanding of the role of the press in shaping political publics, circulating competing narratives, and crystallising social categories during the revolution.

KEYWORDS

Carnation Revolution, periodical press, political communication, rural classes

1. INTRODUÇÃO

O golpe militar de 25 de abril de 1974 abriu as portas a uma “explosão revolucionária” (Rosas, 2022, p. 40) e a uma “intensíssima luta, de contornos nem sempre claros, que transborda os muros dos centros de poder” (Rezola, 2005, p. 370), entre 1974 e 1976. A possibilidade da construção da democracia espalhou-se em diferentes domínios, entre os quais a imprensa. Deste modo,

um dos gritos de Abril, como não podia deixar de ser, era o incontornável “liberdade de imprensa”. Criada num espartilho originado no ventre mediático do salazarismo, a censura não tardaria a cair sob a mira das baionetas e dos cravos. (Cádima, 2001, p. 321)

Após um regime autoritário, no qual a censura foi um dos meios de controlo político-cultural durante mais de 40 anos, a ânsia de escrever, editar, noticiar e publicar sem a condenação dos censores constituiu um campo aberto de disputa. O sector mediático apresenta-se como “uma instituição social que, em sociedades democráticas, conseguiu autonomizar o seu campo de legitimidade apesar das relações privilegiadas que mantêm com outros campos. Campos como a política, a economia ou a religião, tradicionalmente constituem aqueles que tentam coaptá-lo” (Luís, 2021, p. 277). Durante o período revolucionário, os média foram palco de lutas entre forças políticas e ideológicas e estiveram longe de um funcionamento autónomo. Foram, sim, espaços de combate político direto, com direções editoriais substituídas, ocupações de redações e manipulação de conteúdos ao serviço de determinados interesses, quer da esquerda revolucionária, quer dos sectores moderados ou conservadores. Nesta ambiência fortemente politizada, houve episódios demonstrativos disso mesmo, como os saneamentos de jornalistas no *Diário de Notícias* (P. Gomes, 2014), o caso *República* (Ribeiro, 2013) ou o conflito em torno da Rádio Renascença (Santos, 2005). Além da multiplicação de títulos, a imprensa periódica

durante a Revolução dos Cravos tornou os jornais em “atores políticos” (Borrat, 1989), emergindo um verdadeiro “jornalismo militante” (Mesquita, 1994). Para Pedro Marques Gomes (2020), “olhar as páginas dos jornais na revolução é mergulhar num Portugal em ebulição” em que “aos jornalistas pouco tempo restava para refletirem, na vertigem dos acontecimentos que se multiplicavam a todo o momento” (p. 299).

No domínio da sociedade rural, a revolução traduziu-se numa forte mobilização dos trabalhadores rurais dos campos do Sul, culminando na reforma agrária, que obteve cobertura legal em 1975. No Norte, a devolução dos baldios, os foros e a previdência social foram o motor dos movimentos sociais rurais. Para efeitos de clarificação conceitual, a designação “classes rurais”, tal como empregue neste texto, refere-se aos grupos sociais e económicos que vivem e trabalham no meio rural, sendo a sua diferenciação estabelecida, sobretudo, em função da posse ou não de terra. Incluem-se nesta categoria os camponeses, assalariados rurais, pequenos e médios proprietários, latifundiários, bem como trabalhadores temporários e sazonais.

A escolha desta categoria social vai ao encontro dos objetivos traçados para a sociedade portuguesa pós-1974. O Movimento das Forças Armadas (MFA) considerava que as “classes mais exploradas durante a longa vigência do regime deposto” foram “as classes trabalhadoras braçais - os operários e os camponeses” (Comissão Coordenadora do Programa do MFA, 1974, p. 3). A convocação do universo rural na construção do “novo país” e de uma imagem do povo estabeleceu-se de forma dicotómica baseada na estrutura de propriedade e na consciência de classe. No Norte, os militares deveriam proceder a um resgate dos camponeses, através de uma intervenção estruturada após anos de atraso cultural, económico e social e isso foi enfaticamente afirmado nas campanhas de dinamização cultural do MFA. Já no Sul, a presença de um nível de politização mais agudo tornava a região como espelho da busca de futuro que a revolução valorizava.

Na confluência entre estas dinâmicas, a da comunicação social e da atividade política, surgiram ou foram reeditados títulos ligados a organizações partidárias, alguns dos quais de temática rural, sendo esta uma das muitas partes que compuseram o “boom discursivo” (M. Gomes, 2014, p. 181) destes anos. Do Partido Comunista Português (PCP) permaneceram *Avante!*, *A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte*, *O Camponês: Órgão dos Operários Agrícolas e Camponeses do Sul* e *O Militante*; no Partido Socialista (PS) foi o *Portugal Socialista*. Dentro da esquerda são também fundados *A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, e *Ribatejo na Luta*, da União Democrática Popular. Nos partidos de direita encontrava-se o *Povo Livre*, do Partido Popular Democrático (PPD). Fora do âmbito partidário, nascem periódicos que, embora sem filiação evidente, estavam alinhados com o ambiente revolucionário, como o caso do *Jornal Camponês*. Existiram ainda revistas pertencentes ao Estado que contribuíram para este processo: a *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, que fazia referências sobre o mundo rural, a atividade agrícola e exemplos de reformas agrárias efetuadas em países socialistas, e o *Correio do Povo*, que se ocupou de dar conhecimento sobre as condições de vida e vindicações das comunidades periféricas. Este campo específico dos

média no período revolucionário é um exemplo de como “é no decorrer da aceleração do seu ritmo de funcionamento que um campo social se formaliza e aumenta a sua visibilidade simbólica” (A. Rodrigues, 2001, p. 148).

Com base no quadro exposto, este estudo propõe-se analisar as formas de mobilização política promovidas por jornais e revistas dirigidos a camponeses e assalariados agrícolas, que adquiriram uma capacidade de ação coletiva sem precedentes. Sobre o estado da arte, além dos estudos de carácter abrangente sobre a imprensa e os média no contexto do 25 de Abril (Cádima, 2001; H. Lima, 2022; Mesquita, 1994) e a percepção dos média internacionais sobre a revolução (M. Gomes, 2015; Luís, 2021; G. Rodrigues, 2007; Varela, 2009), a historiografia tem privilegiado abordagens centradas no papel dos meios de comunicação enquanto atores políticos, como a rádio (Santos, 2005) e os jornais (Figueira, 2007; P. Gomes, 2014, 2021, 2025; Sousa, 2003), analisados como agentes ativos na configuração das narrativas ideológicas que marcaram o processo revolucionário e não como apenas veículos de difusão noticiosa. Partindo desta moldura historiográfica, este artigo procura acrescentar uma leitura ausente destes estudos, isto é, a dimensão da imprensa voltada para as dinâmicas rurais, igualmente presentes no Processo Revolucionário em Curso (PREC).

Em termos teóricos, convém discernir os conceitos de “imprensa” e “jornalismo”, já que a maioria dos meios de comunicação aqui analisados têm uma natureza partidária. A imprensa constitui o suporte material e institucional da comunicação impressa, funcionando historicamente como forma de expressão política e, antes da autonomização do jornalismo, esta configurava-se como um campo discursivo híbrido. O jornalismo, por sua vez, emerge como prática profissional e um regime discursivo de enunciação própria, segundo critérios profissionais, técnicas narrativas e normas éticas, como a imparcialidade. É deste modo que a imprensa, enquanto instituição, pode ser um instrumento de partidos ou movimentos sociais, com uma lógica discursiva persuasiva e opinativa; enquanto o jornalismo preserva uma autoridade discursiva distinta da do militante ou do político, sendo legitimada por critérios internos de credibilidade e verificação, e não por pertença partidária. Todavia, se nos detivermos na área do jornalismo doutrinário, algo presente nos periódicos analisados, há uma fusão entre estas premissas, em que o comprometimento ideológico do jornalista o torna um sujeito político ativo, “em vez de espelho da realidade, assume-se como seu agente” e promove “uma determinada visão do mundo” embora esta não deve ser entendida como “menos escrupulosa na objetividade com que narra os factos noticiados” (Sousa, 2003, pp. 38–39).

No que se refere à fundamentação da metodologia adotada, esta investigação apoia-se na análise do discurso, entendida como uma abordagem que permite identificar e interpretar as estratégias comunicacionais, os enquadramentos ideológicos e as representações sociais veiculadas pela imprensa. A amostra selecionada incide sobre um conjunto de publicações periódicas (uma por partido), que, pela sua relevância política no contexto do período revolucionário, permite observar os modos de construção discursiva da ação coletiva e da identidade das classes rurais. Na sistematização da análise visual, atendendo à expressiva dimensão pictórica das fontes consultadas,

adotou-se uma abordagem de natureza observacional, ancorada na análise crítica de capas, gravuras e *cartoons*, partindo da noção de que a imagem constitui um terreno de debate e contestação simbólica, onde se (re)produzem representações sociais, se fazem sujeitos políticos e se projetam visões concorrentes sobre o mundo rural. A nossa metodologia visa compreender de que modo os dispositivos visuais contribuíram para dar forma, sentido e visibilidade às dinâmicas de mobilização no espaço rural.

Procuramos com este artigo, através de uma recolha de dados dos jornais mencionados, nas edições desde 25 de abril de 1974 até ao rescaldo de 25 de novembro de 1975, expor as linhas de força para repensar a historiografia existente sobre a construção da democracia e sobre os discursos acerca de uma parte significativa da população portuguesa, apontar novas linhas de investigação e proporcionar o cruzamento entre diferentes fontes sobre o tópico do enquadramento sociopolítico das classes rurais.

2. A MILITÂNCIA COMBATIVA NOS JORNAIS PARTIDÁRIOS

Entre 1974 e 1976, emergiu uma realidade assente no facto de que “a organização política da sociedade baseia-se na comunicação interpessoal quando esta pretende afirmar as identidades dos intervenientes (individuais e coletivas)” (M. Gomes, 2009, p. 28). O momento emancipatório que constituiu a Revolução dos Cravos indicou os caminhos para que a comunicação política e a dimensão pública dos discursos fossem efetuadas perspetivando o envolvimento direto dos cidadãos. Mais do que isto, permitiu que estes pudessem encontrar nos média um canal privilegiado para que as suas causas tivessem um espaço de debate e de exposição, demonstrando como “a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (Brandão, 2004, p. 11).

Para o entendimento contextual em que os média emergiram como eixo axial da sociedade portuguesa, deveremos examinar como a imprensa partidária representa uma afirmação dos entendimentos em presença e preconiza objetivos a alcançar. Considerando a experiência das possibilidades de um novo futuro, a imprensa escrita e audiovisual foi um elemento central. Esta realidade poliédrica levou à emergência de três correntes principais: (a) os herdeiros do Estado Novo, “que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios” (Mesquita, 1994, p. 360); (b) os defensores da corrente de vanguarda revolucionária, favoráveis, na dimensão legislativa, à adoção de outras formas de censura, como, por exemplo, a Lei de Censura Militar (Lei 11/75, de 9 de setembro); e (c) os partidários de uma conceção pluralista do sistema de comunicação social, consagrando a ausência total de formas de controlo e condicionantes à liberdade de expressão.

Perante o fim da censura e a extinção da Comissão do Exame Prévio, o sistema mediático português lidou com o aumento da audiência dos meios de comunicação social, a subida das tiragens e o aumento da venda de jornais. Em articulação com a densificação do campo político (Rezola, 2005), assistiu-se ao alargamento da imprensa

associada a partidos, grupos, comissões de moradores e comissões de trabalhadores. Esta terá tido indiscutível influência junto das correntes ideológicas em que se situavam, mas a sua difusão não ultrapassou a restrita esfera da militância e a consciência do agir cívico.

Na passagem da ditadura à democracia, “o império doutrinário e propagandístico (...) predominava sobre a informação, o comentário e análise” (Mesquita, 1994, p. 362). Esta realidade confirmou-se ao longo do “Verão Quente”, com a elevada politização dos discursos, a constituição de novos títulos e uma impossível neutralidade jornalística, pois os jornais eram uma expressão da luta que se travava na edificação de um porvir para o país. A influência dos militares próximos destas correntes junto dos órgãos de informação constituiu um clima pautado por uma “prosa oratória e triunfalista, a repetição de chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação do boato em notícia” (Mesquita, 1994, p. 364). À margem do sector estatizado em 1975, na esfera conservadora e social democrata, novos jornais surgiram.

A clarificação da situação político-militar, concretizada a 25 de novembro de 1975, teve impactos na comunicação social. A institucionalização da ordem democrática e o encerramento do processo constituinte, em abril de 1976, plasmou na Constituição quatro artigos, assentes na liberdade de expressão, impedindo qualquer tipo ou forma de censura. Além de que ao longo do articulado constitucional se menciona a liberdade e independência dos órgãos de comunicação social e a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão.

3. A IMPRENSA COMO MEDIADORA DA MILITÂNCIA RURAL

A maioria dos jornais surgidos estavam localizados no quadrante político à esquerda, em que o PCP e a esquerda radical assumem papel de destaque (Tabela 1).

NOME	DATA DE FUNDAÇÃO	PARTIDO
<i>Avante!</i>	15 de fevereiro de 1931	Partido Comunista Português (PCP)
<i>A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte</i>	Janeiro de 1949 (terceira série publicada a partir de agosto de 1974)	PCP
<i>O Camponês: Órgão dos Operários Agrícolas e Camponeses do Sul</i>	Maio de 1947 (segunda série publicada a partir de janeiro de 1975)	PCP
<i>O Militante: Boletim de Organização do Partido Comunista Português</i>	Junho de 1941 (quarta série publicada a partir de junho de 1975)	PCP
<i>Portugal Socialista</i>	1967	Partido Socialista
<i>Povo Livre</i>	13 de agosto de 1974	Partido Popular Democrático
<i>A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês</i>	2 de setembro de 1975	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
<i>Ribatejo na Luta: Mensário de Apoio aos Operários e Camponeses</i>	Julho de 1974	União Democrática Popular

Tabela 1. Imprensa partidária com relação ao mundo rural

No campo comunista, além do *Avante!*, publicado de forma intermitente desde 1931, surgem novas séries de *O Camponês: Órgão dos Operários Agrícolas e Camponeses do Sul* (fundado em maio de 1947), *A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte* (editado desde janeiro de 1949) e *O Militante: Boletim de Organização do Partido Comunista Português* (criado em junho de 1941). Podemos considerar que o PCP colocou em marcha a aplicação do entendimento leninista sobre a imprensa: a imprensa burguesa era um instrumento da classe dominante e, por isso, havia a necessidade de veículos alternativos para os trabalhadores, essencial para a organização e consciencialização das massas. Como se pode verificar, o enquadramento político das classes rurais tinha as suas raízes no período de resistência à ditadura e, aproveitando o momento trazido pelo golpe militar do MFA, o PCP demonstrou ter iniciativa para reeditar estes títulos, agora que podiam ser lidos sem constrangimentos e limitações. Nos conteúdos plasmados nos periódicos comunistas encontra-se um discurso de institucionalização de ações, organizações e mecanismos que conseguiam tornar as conquistas revolucionárias como algo perene, acentuando uma verve ideológico-doutrinária de que a continuação da publicação de *O Militante* é a expressão mais acabada na regulação do agir dos militantes.

O PS continuou a publicar o *Portugal Socialista*, surgido em 1967, contando com o *Jornal Novo* e o *República*, jornais próximos das suas posições. Os socialistas demonstram a sua concertação com os objetivos do programa do MFA, procurando “tomar medidas urgentes no sentido da ‘reforma progressiva das estruturas agrárias’, da defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, e do incremento da produção agrícola”, sublinhando “que sem institucionalizar a intervenção do Estado não será possível iniciar o processo de reforma do sector agrícola” (*Portugal Socialista*, 9 de outubro de 1974, Número 9, p. 10). Contudo, este partido nunca teve uma publicação dirigida às camadas rurais, contando na sua estrutura interna com comissões de agricultura, mas que se escudaram numa lógica de alerta sobre certos assuntos e a procura de soluções a determinadas questões decorrentes das decisões políticas.

A UDP teve no jornal *Ribatejo na Luta* a sua tribuna para as questões rurais, com uma centralidade geográfica própria, patente no próprio nome. Embora não sendo totalmente situado no enquadramento político dos movimentos sociais nos campos, partilhando a atenção com o que ocorria nas fábricas, há menções às reivindicações laborais dos trabalhadores agrícolas e a “casos concretos da exploração que se abate sobre os trabalhadores do campo” (*Ribatejo na Luta*, janeiro de 1975, Número 6, p. 2), como era o caso da Quinta da Cardiga ou na Chamusca. Ao dar cobertura a estes dois estratos, “apoando e divulgando as lutas dos operários e camponeses da região”, tinha em vista “fomentar a solidariedade operária, forma mínima de consciência de classe (...) divulgando os princípios do marxismo-leninismo, único guia que poderá levar o proletariado à conquista do poder” (*Ribatejo na Luta*, novembro de 1974, Número 4, p. 1). A ocupação de terras era vista como o método preferencial, como ocorreu numa quinta em Quebradas (Alcoentre), levando o jornal a saudar “a luta do povo de Quebradas e aponta-a como um exemplo a seguir pelos camponeses pobres do Ribatejo” (*Ribatejo na Luta*, março de 1975, Número 8, p. 2).

A área maoísta apresentou um discurso nacionalista e reivindicativo através d'A *Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, com o seu primeiro número saído em 2 de setembro de 1975. Nas exortações feitas estava patente a construção de uma unicidade social para alcançar o poder. Os exemplos são vários: "os camponeses pobres devem unir-se aos assalariados rurais e levar a sua luta até ao fim" (A *Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 15 de novembro de 1975, Número 6, p. 1) ou "o movimento camponês é um rio que precisa de uma saída para o mar, para a tomada do poder" (A *Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 12 de dezembro de 1975, Número 7, p. 1). Um aspeto elencado é o da ingerência estrangeira no processo da reforma agrária, identificando os agentes políticos como manifestações de um poder burguês e criticando a condução da revolução. Nas palavras impressas no jornal, "que o Governo, quando existe, e todos os partidos da burguesia não passam de lacaios dos diversos imperialismos estrangeiros", exortando "imperialistas e social-imperialistas, fora de Portugal! A terra a quem trabalha" (A *Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 15 de setembro de 1975, Número 2, pp. 4-5).

Quando as opções revolucionárias se encaminhavam para o seu derradeiro desfecho, foram editados títulos integrados numa militância combativa colocada na esquerda radical, embora sem alusão partidária explícita. Foram os casos d'O *Trabalhador: Jornal Popular da Região de Condeixa*, cujo primeiro número é de outubro de 1975, e o *Jornal Camponês: Jornal de Unidade dos Camponeses*, de dezembro do mesmo ano (Figura 1).

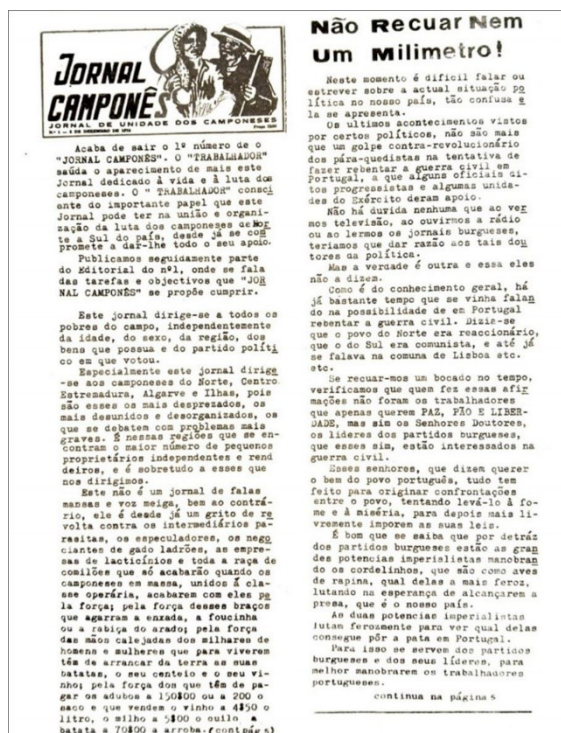


Figura 1. Frontispício do Número 1 do Jornal Camponês: Jornal de Unidade dos Camponeses (1975)

Fonte. *Jornal Camponês: Jornal de Unidade dos Camponeses*, dezembro de 1975, (1), p. 4/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 1603 P

Este último teve uma manifesta efemeridade, pois apenas saiu dos prelos um único número. Nele se pedia para “não recuar nem um milímetro”, assumindo que se dirigia aos “pobres do campo, independentemente da idade, do sexo, da região, dos bens que possua e do partido político no qual em que votou” (*Jornal Camponês: Jornal de Unidade dos Camponeses*, dezembro de 1975, Número 1, p. 6). Quando a revolução se encaminhava para o seu desfecho, uma determinada visão do mundo viu, mais ainda, na imprensa a extensão natural na difusão da dialética de determinados valores, uma frente avançada na preservação das conquistas alcançadas.

A imprensa da direita política estabeleceu uma clara demarcação discursiva em relação à imprensa de esquerda. Nesse sentido, o *Povo Livre*, jornal do PPD¹, constitui uma fonte privilegiada para perceber as sensibilidades então em confronto quanto ao posicionamento que as populações rurais deveriam assumir. Pouco depois da sua fundação, num texto intitulado “As Sociedades Rurais Vistas pelo PPD”, o partido é bastante claro sobre a sua conceção das alterações que a revolução poderia trazer às estruturas sociais agrárias. Os sociais-democratas afirmam que “de acordo com o princípio de equidade, o seu objectivo é o de promover o desenvolvimento dos cidadãos do mundo rural de forma a atingirem a mesma qualidade e o mesmo nível de vida desfrutados no mundo urbano” (*Povo Livre*, 20 de agosto de 1974, Número 2, p. 1). No PPD, a agência das classes rurais e o seu contributo revolucionário deram lugar a uma retórica de recorte tecnocrático. No seu jornal não se encontram apelos à mobilização classista, acentuando a ideia de uma desvirtuação da reforma agrária, que, nas suas palavras, se caracterizava por descoordenação, ocupações selvagens e a ineficácia das organizações criadas pelo Ministério da Agricultura. Observa-se como ideia fundamental a de que “a Reforma Agrária não é uma imposição de cúpula; tem de ser o resultado e a expressão, da vontade do mundo rural no seu todo” (*Povo Livre*, 22 de abril de 1975, Número 41, p. 16).

4. A HEGEMONIA DA LINGUAGEM REVOLUCIONÁRIA E OS ENUNCIADOS DISCURSIVOS DOS AGENTES POLÍTICOS

A exigência de uma ordem política de base tornou-se mais frequente, mobilizando o uso de um léxico próprio, em que a aliança operária-camponesa e a emergência de um poder popular não foram descuradas. Palavras de ordem como “camponeses: unidade para a luta” (*Ribatejo na Luta*, agosto de 1974, Número 2, p. 5); “trabalhar com o povo, construir a revolução” (*Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 16 de agosto de 1975, Número 1, p. 4); “ousemos mobilizar as amplas massas camponesas” (*A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 2 de setembro de 1975, Número 1, pp. 4–5); “o pão a quem trabalha, os burgueses comam palha!” (*O Trabalhador: Jornal Popular da Região de Condeixa*, outubro de 1975, Número 1, p. 2) ou “a Reforma Agrária prosseguirá” (*Portugal Socialista*, 17 de dezembro de 1975, Número 74, p. 14) são exemplos da insistência na produção, formação e consolidação de uma consciência sociopolítica ao serviço de uma certa ideia de país.

¹ Para um estudo aprofundado sobre este jornal, ver João Lima (2024).

Para além disso, a expressão da unidade entre classes manifesta-se em diferentes formas. Para a imprensa comunista, “o trabalho entre os camponeses: a aliança do proletariado com o campesinato é uma questão fundamental para a Revolução” (*O Militante*, agosto/setembro de 1975, ano 43, Número 3, p. 11), enquanto os socialistas abordavam “o socialismo agrário dos pequenos agricultores” (*Portugal Socialista*, 5 de dezembro de 1974, Número 17, p. 7). No campo oposto, o PPD, ao falar das classes rurais, o uso de vocábulos como “agricultores”, “assalariados rurais” ou “trabalhadores agrícolas” é muito mais frequente do que “camponeses”. Esse termo é apenas empregue quando se menciona que “urbanizar os campos pode ter um significado muito lato; criar um novo tipo de camponeses, técnica e culturalmente evoluídos” (*Povo Livre*, 5 de novembro de 1974, Número 13, p. 12), acentuando a faceta económica mais do que a política.

As transformações operadas no decurso da revolução criaram as condições demonstrativas de como

os momentos ou acontecimentos políticos mais intensos são os mais propícios a proporcionar disrupções dos públicos, possibilitando a sua deslocação de um registo mais passivo para outro mais ativos, ou até para posições de discurso que a não a de recetores. (Esteves, 2019, p. 109)

A volatilidade da esfera pública justificava a necessidade do lançamento de uma comunicação política esclarecedora, convindo que os discursos dos atores políticos fossem conhecidos. Um dos mecanismos usados dentro dos jornais² para obter essa coesão foi o recurso sistemático às declarações de personalidades afetas ao Governo, órgãos de soberania, órgãos militares e partidos políticos, tornando-os em “figuras presentes na agenda das notícias, quer por iniciativa própria, quer pela relevância das suas ações” (H. Lima, 2022, p. 327). Em publicações partidárias, as palavras dos líderes eram parte imperativa para a difusão do seu pensamento e posicionamento perante as mutações que toda a dinâmica revolucionária propiciava (Figura 2). Torna-se notório que “a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas” (Brandão, 2004, p. 47).

² Na análise que Figueira (2007) efetuou sobre o *Diário de Notícias* concluiu que “o PCP, o MFA e o general Vasco Gonçalves foram, respetivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram referidos nos títulos”, cujo tom das referências era feito “de forma elogiosa e com maior destaque e acesso ao espaço do jornal que os opositores ao conteúdo proposicional apresentado pelo jornal” (p. 97). Por sua vez, Sousa (2003) demonstrou que na *Voz do Povo*, da União Democrática Popular, foi Álvaro Cunhal a pessoa mais nomeada.



Figura 2. Excerto do discurso de Vasco Gonçalves feito no Porto, a 5 de outubro de 1974

Fonte. *A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte*, outubro de 1974, 3.^a série, (5), p. 1/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V

Estes atores políticos eram os sujeitos de discurso e o povo português o destinatário das mensagens por si veiculadas, sendo os jornais responsáveis pela sua emissão e difusão, mas que, perante a natureza destas publicações, são também referentes militantes. A inclinação política dos mencionados periódicos ou a sua evidente filiação partidária torna-os ferramentas que procuram homogeneizar e sintonizar a comunicação política. Ao dar à estampa excertos ou a reprodução integral de discursos, alocações ou entrevistas, a intervenção da imprensa é feita como estratégia comunicacional de validação de uma ação política mais global.

A Revolução dos Cravos torna-se um período denso na observação destes fenómenos. Num momento em que a sociedade civil se mobilizou em torno de diferentes projetos, as palavras dos agentes políticos ocuparam primazia. Dar a conhecer o pensamento dos líderes partidários, dos militares e dos ministros constituiu um objetivo direcionado para a produção de sentido em torno das aspirações populares e da *vox populi*, procurando-se, através da difusão das palavras dos atores do campo político, a criação de um élan mobilizador em seu redor. Enquanto a intervenção cívica se foi construindo em simultâneo com uma nova ordem económica para a agricultura, assinalar quais as opiniões das cúpulas dirigentes foi algo fundamental. Saber que Álvaro Cunhal entendia a “defesa da democracia: questão de vida ou morte para os camponeses” (*A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte*, fevereiro de 1975, Número 14, p. 8) ou que Arnaldo Matos advogava que “os assalariados rurais devem dirigir a revolução nos campos” (*A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 30 de outubro de 1975, Número 5, p.

8) compunham o prontuário de intervenção. Como escreveram os socialistas ao publicar uma entrevista de António Lopes Cardoso sobre a proposta da lei do arrendamento rural, “os nossos militantes e simpatizantes rurais terão todo o interesse em conhecer e debater o texto” (*Portugal Socialista*, 16 de outubro de 1974, Número 10, p. 7). Fomentar o debate na preparação de uma consciência política era outro dos objetivos.

Os jornais partidários estabeleceram uma narrativa histórica sobre o que era entendido como “atavismo agrário”. Encontram-se referências sobre como a vivência socio-laboral rural estava estabelecida num padrão de raízes medievais. Por isso, se acentuava que era o momento de colocar um *terminus* “numa estrutura agrária que de há séculos a esta parte apenas foi abalada pelas leis de Mouzinho após a guerra civil de 1830”, onde permaneciam “formas de aluguer de terras que ainda se revestiam de carácter medieval” (*Portugal Socialista*, 27 de março de 1975, Número 33, p. 11), perpetuando “formas medievais de exploração a que o fascismo deu força” (*A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte*, janeiro de 1975, Número 12, p. 4) e “a legislação [que] seguia uma linha de orientação em certos casos, quase medieval, e geradora de situações perfeitamente injustas” (*Povo Livre*, 4 de fevereiro de 1975, Número 26, p. 4). Ao encarar o 25 de Abril como o marco genésico de um Portugal novo, a linguagem usada estabelecia um antes e um depois da revolução, em que a envolvência das entidades políticas, comungando da unidade popular, era a força motriz para tornar possível o regime democrático.

5. INICIATIVAS EDITORIAIS DO ESTADO NA COESÃO DOS INTERESSES REVOLUCIONÁRIOS

Além dos jornais dos partidos, e na sequência da nacionalização da banca, a 14 de março de 1975, um significativo número de publicações periódicas entraram no sector empresarial do Estado, pois “ainda que tenha sido um ‘dano colateral’, a entrada da maioria dos jornais do sector público foi de encontro à conjuntura política vivida na época” (H. Lima, 2014, p. 26). Iremos analisar dois desses casos através da *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária* e do *Correio do Povo*, uma revista desenhada na ação dos agentes do poder político então instalado e que ultrapassou a dimensão de enquadramento, para operar no campo da exposição dos problemas das populações dos meios rurais.

5.1. VIDA RURAL: REVISTA DA REFORMA AGRÁRIA

A revista *Vida Rural* começou a ser editada em 1953, constituindo, à semelhança de outras publicações congéneres como a *Gazeta das Aldeias*, *Lavoura Portuguesa* e *Família no Campo*, um espaço divulgativo sobre a realidade, através de textos de divulgação científica, cultural e económica. Esta era uma publicação propriedade da Empresa Nacional de Publicidade, detentora do *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo* e de grande parte do capital do *Jornal de Notícias*. A Empresa Nacional de Publicidade era propriedade da Companhia Portugal e Colónias, cuja maioria do capital era da Caixa Geral de Depósitos. Com a nacionalização da banca, na prática, a revista passou a pertencer ao Estado. Dessa forma, numa dimensão refundacional, a linha editorial alterou-se (Figura 3). Foi criada uma série que durou até 1976, cujo subtítulo era *Revista da Reforma Agrária*, entre o Número 11 (19 de julho de 1975) e o Número 29 (22 de novembro de 1975). Este apodo

vai ao encontro da dinâmica política, uma vez que a Lei da Reforma Agrária (Decreto-Lei 406-A/75) foi publicada a 29 de julho desse ano.



Figura 3. Capa do Número 3 da Vida Rural (1975)

Fonte. *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 24 de maio de 1975, (3), capa/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota P.P. 32 A

Entre os seus colaboradores contavam-se agrónomos, técnicos e jornalistas, alguns dos quais gravitavam em torno do PCP. Um deles era Armando Pereira da Silva, militante deste partido e presidente da Direção da Casa da Imprensa (1972–1973). Este jornalista já se havia dedicado às questões rurais quando publicou *Talhadas do Vouga: Ocupação Sem Limites*, em 1973, uma obra que coligava reportagens feitas sobre a luta dos povos daquela região contra a apropriação dos baldios. Nesta revista encontravam-se também militantes do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral, como o agrónomo Blasco Hugo Fernandes e o jornalista e escritor neorrealista Antunes da Silva. Outros, embora sem militância clara, estavam alinhados com a nova conjuntura, como Gonçalo Santa-Rita, que colaborou com a editora Terra Livre, criada pelo Ministério da Comunicação Social, em 1975. Outros jornalistas, como Afonso Praça, à época presidente do Sindicato dos Jornalistas, Dorothee Adeline Almeida e Germano Silva compunham o resto da equipa.

Esta revista apresentou textos sobre reformas agrárias em países socialistas e a vivência dos camponeses nestas regiões e, antes da sua estatização, foram publicados artigos sobre “a agricultura na URSS [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas]” (*Vida Rural*, 8 de fevereiro de 1975, Número 1134, p. 11). Com a nova série, a escrita sobre as realidades agrárias socialistas intensificou-se (Tabela 2), demonstrando o papel que a dimensão internacional desempenhou na reforma agrária (Pires et al., 2025).

TÍTULO DO ARTIGO	REFERÊNCIAS
“Reforma Agrária na RDA - Um Exemplo a Conhecer”	24 de maio de 1975, Número 3, p. 7
“Lições do Chile - Uma Reforma Agrária Fracassada”	24 de maio de 1975, Número 3, pp. 7, 16
“A Cooperativização na Revolução Agrária da Albânia”	14 de junho de 1975, Número 6, p. 6
“A Realização da Reforma Agrária e os Resultados Obtidos na RDA”	28 de junho de 1975, Número 8, p. 12
“A Importância da Agricultura na Jugoslávia”	19 de julho de 1975, Número 11, p. 16

Tabela 2. Artigos sobre reformas agrárias na Vida Rural: Revista da Reforma Agrária

Num período em que a construção da “via portuguesa para o socialismo” se apresentava como tangível, o fornecimento de informações sobre os sucessos e as possibilidades abertas pela reforma das estruturas agrárias no Leste Europeu e os malogros ocorridos na América Latina é sinal de como se pretendia efetivar uma reforma agrária em Portugal de forma esclarecida. Partia-se da noção comum de que “o ideal revolucionário é a meta, e sua conquista depende da acção responsável frente à realidade concreta” (*Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 24 de maio de 1975, Número 3, p. 16).

5.2. CORREIO DO POVO

Uma das iniciativas mais claras do novo poder político para promover a conscientização político-social das populações foi a criação da revista *Correio do Povo* (Figura 4).

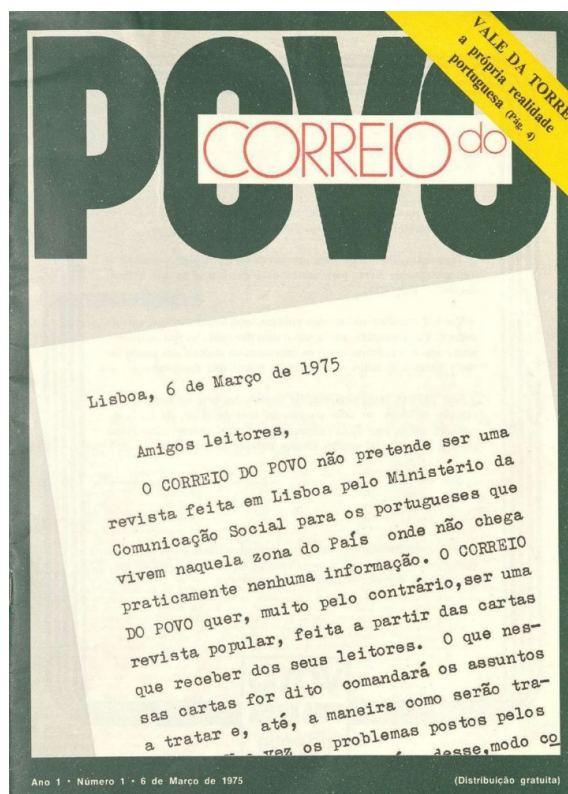


Figura 4. Capa do Número 1 de Correio do Povo (1975)

Fonte. *Correio do Povo*, 6 de março de 1975, 1(1), capa/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota P.P. 14339 V

Publicada pelo Ministério da Comunicação Social, num total de 11 números, distribuídos gratuitamente (tal como o boletim *Movimento*, órgão do MFA³), tinha como chefe de redação António Tavares-Teles. Os propósitos em que esta iniciativa se baseou ficaram logo patentes no seu primeiro número: esta revista não pretendia

ser uma revista feita em Lisboa (...) quer, muito pelo contrário, ser uma revista popular, feita a partir das cartas que receber dos seus leitores. O que nessas cartas for dito comandará os assuntos a tratar e até a maneira como serão tratados. (*Correio do Povo*, 1975, Número 1, p. 1)

Ao longo do seu período de publicação, diferentes secções temáticas compunham a revista: “Correio do Povo”, “Reportagem”, “Desporto”, “Informação”, “Pintura”, “Economia”, “Saúde”, “Agronomia”, “História”, “Poder Popular”⁴, “Entrevista”, entre outras. Sobre a sociedade rural, as reportagens acentuavam a importância das regiões periféricas e os problemas que as afetavam ao nível do saneamento, habitação, assistência médico-assistencial e acessos viários. Logo no primeiro número foi apresentada uma reportagem sobre o Vale da Torre, em Castelo Branco, tendo sido entrevistados alguns dos seus habitantes que exibiram as suas reivindicações sobre a assistência médica, os problemas escolares e a habitação. Outras reportagens seguir-se-iam, fazendo uma cobertura nacional desses problemas: no Número 5 (20 de maio de 1975) foi feito um périplo por terras de Trás-os-Montes, do Minho e das Beiras; no Número 8 (30 de agosto de 1975), os Açores foram alvo da atenção dos repórteres; no Número 9 (30 de setembro de 1975), seria a região do Algarve a escolhida, enquanto Trás-os-Montes seria objeto de mais uma reportagem, visando a zona de Montalegre.

Na secção “Correio do Povo”, que deu nome à revista, a enunciação discursiva procurou descrever um estado de coisas no qual

o porta-voz autorizado só pode agir pela palavra sobre outros agentes e, por intermédio do trabalho deles, sobre as próprias coisas, porque a sua palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o mandatou e do qual ele é o fundado do poder. (Bourdieu, 1982/1998, p. 97)

Ao atribuir significância aos relatos, cartas e pedidos das populações rurais, o *Correio do Povo* esteve subordinado a uma tríade feita entre o discurso (as cartas dos leitores), quem o pronuncia (as comunidades) e quem o autoriza a pronunciá-lo (o Estado). Num total de 98 cartas de leitores identificadas entre os Números 3 e 11 desta publicação (Figura 5), embora as áreas urbanas predominem, verifica-se também a participação de distritos como Castelo Branco, Viseu e Bragança. Regista-se ainda o envio de cartas dos Açores e de comunidades portuguesas no estrangeiro — duas, em concreto, provenientes do Canadá e da Alemanha. As suas temáticas não apresentam dissonâncias com o restante quadro nacional, ou seja, quando era dada voz ao povo,

³ Sobre esta publicação ver A. Gomes e Baptista (2019).

⁴ Esta secção começou a ser publicada a partir do Número 9 (30 de setembro de 1975), permanecendo até ao fim da revista.

eram reclamadas melhorias nas condições de vida. Foram feitos relatos sobre o isolamento a que aldeias e vilas estiveram votadas ao longo da ditadura, a que se somavam agradecimentos e pedidos de esclarecimento ao MFA sobre a sua atuação e condução do processo revolucionário.

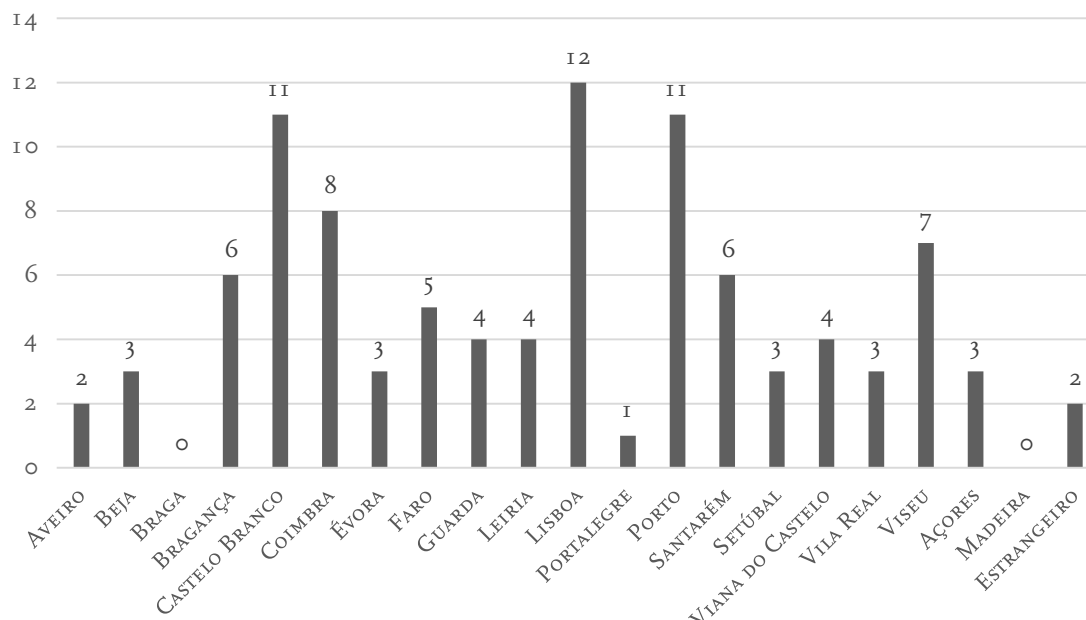


Figura 5. Distribuição territorial das cartas dos leitores enviadas ao Correio do Povo

Nota. Elaboração própria a partir do *Correio do Povo*, dos Números 3–11.

No *Correio do Povo*, o discurso militante não se torna tão óbvio como nas publicações partidárias, mas os conteúdos das reportagens e a temática do “Poder Popular”, uma secção autónoma na revista, dão a entender o pressuposto político que lhe estava subjacente. A sua natureza estatal permite uma leitura das prioridades que os governos provisórios tiveram nos domínios da ruralidade. O seu claro viés político ditou o seu fim, dentro da contenção pactuada pós-25 de novembro. O último número saiu do prelo a 30 de novembro de 1975 e, numa quase ironia da história, a sua contracapa ostentava o poema de João Cabral de Melo Neto, “Funeral de um Camponês”.

6. A ICONOGRAFIA E O VISUALISMO DA ORDEM POLÍTICO-IDEOLÓGICA

A expressão pública das consciências políticas permitiu que a criação de signos e a substituição de símbolos do anterior regime fossem uma das marcas mais visíveis da nova ordem social. Na imprensa, a natureza visual dos conteúdos gráficos está associada a mensagens ideológicas, em que a linguagem iconográfica remete para uma linguagem política, numa função metalinguística.

Nos jornais anteriormente citados, o fulgor pictórico resvalou para noções exortativas da unidade que deveria ser cultivada entre os camponeses. Imagens de traço simples e mensagens concisas e de rápida captação tiveram n’*A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte* um exemplo paradigmático. As imagens presentes nas suas

páginas estiveram assentes numa lógica de “a união faz a força” (ver Figura 6), nas quais se destacavam as vantagens dos mecanismos de solidariedade conjunta. Exemplificava-se, por exemplo, que a compra de um trator, uma necessidade partilhada, só se tornava possível quando todos os interessados se uniam em torno desse objetivo (ver Figura 7).



Figura 6. Cartoon alusivo à unidade camponesa

Fonte. A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte, novembro de 1974, (8), p. 4/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V



Figura 7. Cartoon alusivo à compra de um trator

Fonte. A Terra: Órgão de Unidade dos Camponeses do Norte, abril de 1975, (17), p. 1/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 3363 V

Fruto da dinâmica da revolução, em *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária* a linha gráfica integrou a colaboração do pintor e desenhador Dorindo Carvalho para a feitura das capas, exprimindo visualmente o tom da época, abordando “a vigilância popular” (ver Figura 8), “a defesa da Revolução” (ver Figura 9), entre outros temas. No *Correio do Povo* foram publicados *cartoons* de João Abel Manta (Número 1) e Vasco de Castro (Números 2, 3 e 6), embora não fossem restritos à temática rural, mas sim assinalassem eventos políticos da época.

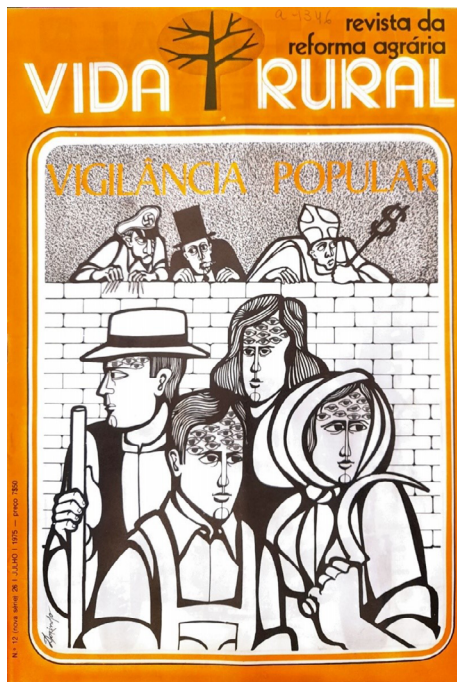


Figura 8. Capa do Número 12 da Vida Rural: Revista da Reforma Agrária

Fonte. *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 26 de julho de 1975, (12), capa/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota P.P. 32 A



Figura 9. Capa do Número 14 da Vida Rural: Revista da Reforma Agrária

Fonte. *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 9 de agosto de 1975, (14), capa/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota P.P. 32 A

Em jornais como o *Diário de Notícias*, o *Jornal Novo* e o *República*, a proliferação do humor estampado permitia construir um imaginário coletivo da revolução; por sua vez, nos jornais partidários e nos que estavam ligados às classes rurais, os desenhos gráficos mobilizaram um compromisso com a memória, numa valorização historiográfica do

comum, que foi uma das facetas no processo de reconstituição da cultura de oposição ao Estado Novo. À gramática estética dos *cartoons* e gravuras nestes jornais e revistas foi atribuída uma função comunicativa de homenagem, inserindo-se num “segmento minoritário dos média, através de vectores dedicados à intervenção junto de públicos específicos e restritos, tem procurado tornar acessíveis leituras estruturadas (...) sobre o Estado Novo e os regimes fascistas no geral” (Nunes, 2013, p. 373).

Um caso incontornável era o de Catarina Eufémia⁵. As circunstâncias trágicas que envolveram a sua morte tornaram-na num dos símbolos mais fortes da resistência ao Estado Novo no meio rural. Com o 25 de Abril, a celebração da sua vida converteu-se numa marca tal que, no campo da comunicação política, homenageá-la era um dos ali-cerces no dispositivo ideológico vigente. Os usos iconográficos não foram esquecidos e um caso exemplificativo surge no Número 4 da revista *Vida Rural*, onde está plasmada uma banda-desenhada sobre a sua vida (Figura 10). Qual a importância deste exercício de rememoração? O texto com que se concluiu este apontamento gráfico é esclarecedor disso mesmo: “a memória de Catarina Eufémia é a memória do mundo e das pessoas que é necessário ter bem presente” (*Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 31 de maio de 1975, Número 4, p. 33).



Figura 10. Banda-desenhada sobre Catarina Eufémia

Fonte. *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária*, 31 de maio de 1975, (4), p. 33/Biblioteca Nacional de Portugal, Cota P.P. 32 A

⁵ Trabalhadora agrícola de Baleizão, assassinada pela GNR durante uma greve rural a 19 de maio de 1954.

O MRPP evocou a morte de Ribeiro Santos⁶, para mostrar como “recordar o seu exemplo de ardoso combatente da Revolução Democrática e Popular” era “apontar ao Povo, aos operários e camponeses, à juventude o único caminho que o pode libertar da exploração, da fome, da miséria e da repressão” (*A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 14 de outubro de 1975, Número 4, p. 2). Situação idêntica ocorreu com a rememoração de Alexandrino de Sousa, cuja morte ocorreu já durante o PREC⁷. Este era pretexto para que “o povo camponês tem de levantar-se contra os crimes dos social-fascistas (...), o povo camponês, particularmente os assalariados rurais e camponeses pobres, vingarão o camarada Alexandrino de Sousa” (*A Terra: Órgão do MRPP Para o Movimento Camponês*, 14 de outubro de 1975, Número 4, p. 8). Ao evocar estes assassinatos, os maoístas procuraram um apelo à participação dos estratos sociais rurais, num plano de transformação revolucionária mais alargado.

7. CONCLUSÕES

Após o período da ditadura, tornou-se imperativo um outro referencial de participação cívico-política, tendo a imprensa sido convocada para esse exercício. As atividades empreendidas na Revolução dos Cravos, visando a conquista de direitos, formaram um processo social que assumiu diferentes modalidades de cidadania ativa forjadas no enfrentamento povo-poder.

As transformações políticas e sociais do biénio de 1974–1975 refletiram-se inevitavelmente na esfera mediática, atingindo a imprensa enquanto espaço de debate. Nesse contexto, as classes rurais tornaram-se objeto privilegiado de mobilização discursiva. Embora tenham surgido alguns jornais destinados especificamente à consciencialização do campesinato, clara demonstração de jornalismo doutrinário, a sua expressão quantitativa foi limitada. Foram sobretudo os periódicos de filiação partidária que assumiram um papel central na difusão de mensagens políticas e na construção de uma linguagem de reivindicação social entre camponeses, assalariados e trabalhadores agrícolas. Entre estes, destacaram-se os órgãos da esquerda e da esquerda radical, que constituíram, assim, um pilar na mediação entre o campo político e o mundo rural, contribuindo para a formatação ideológica das comunidades camponesas e para a inscrição das suas lutas na agenda revolucionária.

Neste quadro, não deve ser subestimado o papel do Estado enquanto ator de comunicação política, designadamente através de publicações como *Vida Rural: Revista da Reforma Agrária* e *Correio do Povo*. Longe de serem meros instrumentos de divulgação técnica ou de propaganda, estas revistas podem ser compreendidas como dispositivos de mediação entre o poder público e o mundo agrícola, funcionando como um reforço da

⁶ Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e militante da Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, organização do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, morto pela Direcção-Geral de Segurança, a 12 de outubro de 1972.

⁷ À semelhança de Ribeiro Santos, estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e membro da Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, morreu a 9 de outubro de 1975, afogado no rio Tejo, na sequência de confrontos partidários.

agência das populações rurais no espaço público. Assim, o Estado não apenas comunicou políticas, mas também produziu sentido político, utilizando a imprensa.

Por último, o visualismo gráfico que emergiu assentou numa imagética simbólica, articulando valores de unidade, cooperação e defesa das conquistas sociais alcançadas no PREC. Através da linguagem visual, consolidou-se um repertório iconográfico que procurava traduzir plasticamente o ideal coletivo. Nesta estética política da revolução, onde se entrecruzam a memória histórica do antifascismo e a utopia da emancipação e da cidadania revolucionária, a expressão artística da imprensa contribuiu para uma narrativa visual da ruralidade.

REFERÊNCIAS

- Borrat, H. (1989). El periódico, actor del sistema político. *Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura*, (12), 67–80.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer: A economia das trocas linguísticas* (V. Anastácio, Trad.). Difel. (Trabalho original publicado em 1982)
- Brandão, H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Editora da Unicamp.
- Cádima, F. R. (2001). Os “media” na revolução (1974-1976). In J. M. Brandão de Brito (Ed.), *O país em revolução* (pp. 321–358). Editorial Notícias.
- Comissão Coordenadora do Programa do MFA. (1974, 12 de novembro). O M.F.A. - Do Político ao económico. *Movimento – Boletim Informativo das Forças Armadas*, (4), 3.
- Esteves, J. P. (2019). *Comunicação política e democracia*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos: O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975*. Minerva.
- Gomes, A., & Baptista, C. (2019). Mídia e revolução em Portugal: Discurso e poder no boletim Movimento (1974-1975). *Revista Brasileira de História da Mídia*, 8(2), 120–135. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.8220197150>
- Gomes, M. (2009). *Comunicação política na Revolução de Abril, 1974-1976*. Minerva.
- Gomes, M. (2014). A imprensa na Revolução de Abril: Refundar o quotidiano, estimular a crença e renovar o visualismo político. In M. I. Rezola & P. M. Gomes (Eds.), *A revolução nos media* (pp. 161–194). Tinta-da-China.
- Gomes, M. (2015). *Para onde vai Portugal?/Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <https://hdl.handle.net/10316/26474>
- Gomes, P. M. (2014). *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia.
- Gomes, P. M. (2020). Jornais e lutas políticas na Revolução de Abril. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 20, 299–320. https://doi.org/10.14195/1645-2259_20_14
- Gomes, P. M. (2021). *A imprensa na revolução: Os novos jornais e as lutas políticas de 1975*. INCM.
- Gomes, P. M. (Ed.). (2025). *O jornal está na rua: A imprensa no centro da Revolução de Abril*. Âncora.

- Lima, H. (2014). O PREC e a luta pelo controlo da informação: Incidências do processo revolucionário de 1974/1975 sobre os diários do Porto. *Revista Ibero-Americana de Ciências da Comunicação*, 2, 23–48. <http://hdl.handle.net/10216/71173>
- Lima, H. (2022). O jornalismo de imprensa no Portugal democrático. In A. Cabrera & H. Lima (Eds.), *Imprensa em Portugal: Uma história* (pp. 313–358). ICNOVA.
- Lima, J. M. S. (2024). *O Partido Popular Democrático e a revolução portuguesa: Uma análise a partir do Povo Livre (agosto de 1974 - dezembro 1975)* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/175764>
- Luís, R. (2021). Democracia: Um conceito em negociação. A imprensa espanhola e processo revolucionário em Portugal (1974-1975). In A. Gomes & C. Baptista (Eds.), *Mídia, revolução e movimentos populares* (pp. 276–323). EDUFRRN.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In A. Reis (Ed.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 361–405). Círculo de Leitores.
- Nunes, J. P. A. (2013). A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia. In I. F. Pimentel & M. I. Rezola (Eds.), *Democracia, ditadura. Memória e justiça política* (pp. 363–384). Tinta-da-China.
- Pires, L. A., Gonçalves, G., & Canudo, M. (2025). Nuevos amigos: Alcances de la solidaridad internacional con la Reforma Agraria portuguesa, 1975-1977. *Rubrica Contemporanea*, 14(31), 215–237. <https://doi.org/10.5565/rev/rubrica.461>
- Rezola, M. I. (2005). *25 de Abril: Mitos de uma revolução*. A Esfera dos Livros.
- Ribeiro, S. (2013). *O caso República no contexto político-militar de 1975* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/7787>
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias de comunicação*. Editorial Presença.
- Rodrigues, G. (2007). La révolution des œillets au Portugal vue par la presse française. *Revue de la Bibliothèque Nationale de France*, (25), 45–52.
- Rosas, F. (2022). Do golpe militar à revolução. In F. Rosas (Ed.), *Revolução portuguesa, 1974-1975* (pp. 11–41). Tinta-da-China.
- Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, Estado e sociedade, 1968-1975: O caso Rádio Renascença*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Sousa, P. D. (2003). *A dramatização na imprensa do “PREC”*. Minerva.
- Varela, R. (2009). A revolução Portuguesa de 1974-1975 e o seu impacto na transição Espanhola para a democracia vista através da imprensa clandestina espanhola. *Espacio, Tiempo y Forma*, (21), 267–288. <https://doi.org/10.5944/etfv.21.2009.1539>

NOTA BIOGRÁFICA

Leonardo Aboim Pires é licenciado em História e mestre em História Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e doutorado em Ciências da Sustentabilidade, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

Lisboa. É investigador do ISEG Research (Universidade de Lisboa) e membro da European Rural History Organisation. Tem colaborado em projetos de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do European Research Council e tem artigos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras, sobretudo sobre história económica e social, nas áreas da agricultura e sociedade rural, ambiente e alimentação. Foi distinguido com o Prémio Pedro Lains, em 2025.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

Email: lapires@ghes.iseg.ul.pt

Morada: Rua Miguel Lupi, n.º 20, 1249-078 Lisboa (Portugal)

Submetido: 10/04/2025 | Aceite: 22/10/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.